



Bruno Ottoni

Professor da Uerj



Mercado de trabalho

Mercado aquecido pode pressionar salários

Dados do Caged (2020 a 2025) indicam um crescimento consistente dos pedidos de desligamento voluntário no mercado de trabalho brasileiro. Esse movimento é compatível com um cenário de maior escassez relativa de mão de obra e pode representar um risco adicional para a trajetória da inflação.

Em colunas recentes, temos destacado a necessidade de cautela na leitura de alguns indicadores do mercado de trabalho. Mudanças demográficas têm contribuído para a redução da taxa de desemprego, enquanto a informalidade permanece em patamar elevado. Ainda assim, é difícil negar que o mercado de trabalho brasileiro se encontra aquecido: o desemprego segue em níveis historicamente baixos e a geração de postos formais continua robusta.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistema de registros administrativos que consolida mensalmente as admissões e desligamentos do mercado de trabalho formal, corrobora esse diagnóstico. Conforme mostrado na figura 1, entre janeiro de 2020 e outubro de 2025 o saldo do emprego formal permaneceu positivo na maior parte do período, resultando na criação líquida

de quase 10 milhões de postos de trabalho. Os episódios de saldo negativo se concentraram no auge da crise da pandemia e em quedas sazonais associadas ao término de contratos com prazo determinado, especialmente no mês de dezembro. No geral, os dados indicam resiliência na geração de empregos formais, ainda que o ritmo de criação de vagas tenda a se moderar à medida que a economia se aproxima do pleno emprego.

Apesar desse quadro de mercado de trabalho aquecido, as projeções de inflação vêm recuando, levando instituições financeiras a trabalhar com a perspectiva de cortes da taxa Selic nos próximos meses. No entanto, esse cenário relativamente benigno — de desaceleração inflacionária combinada à flexibilização monetária — pode ser desafiado justamente pela dinâmica do mercado de trabalho.

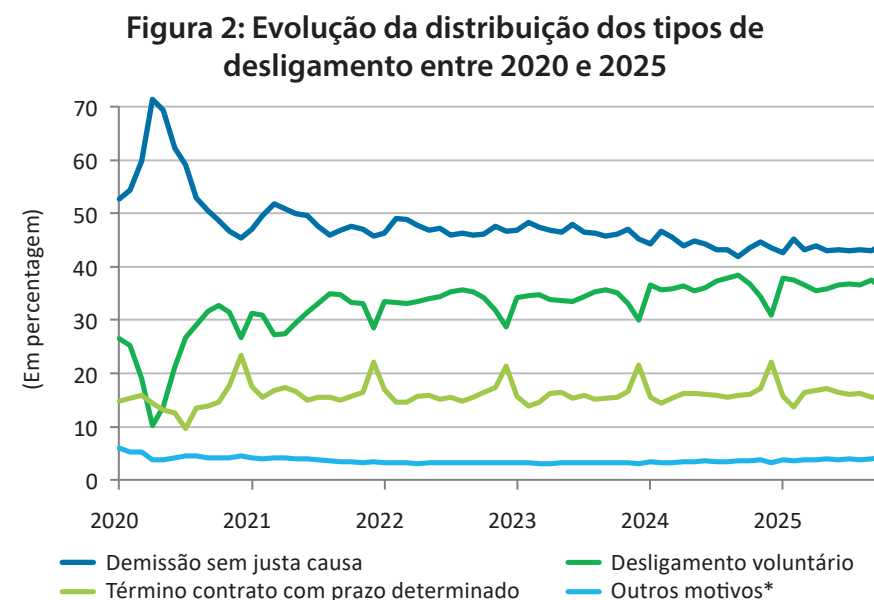
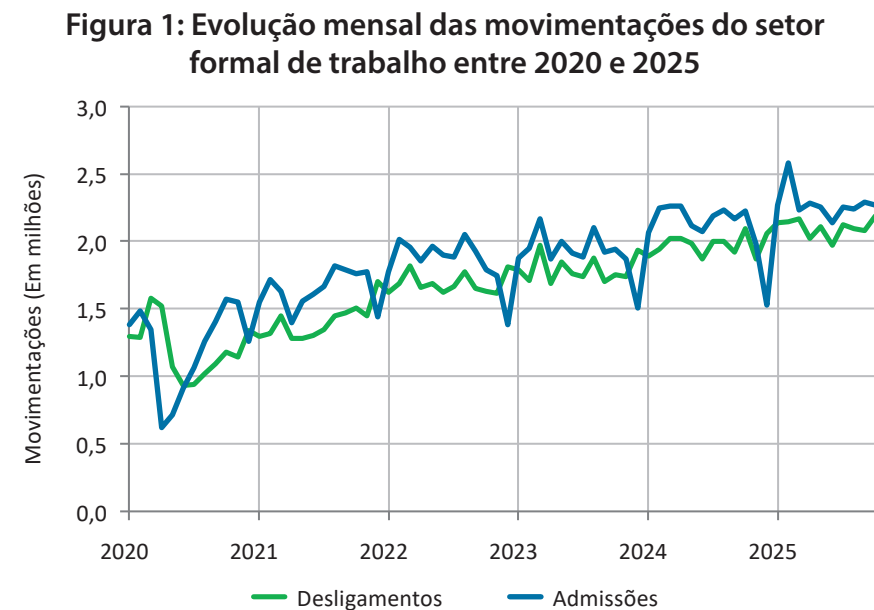
À medida que o desemprego recua, a oferta de mão de obra torna-se mais restrita em relação à demanda das empresas, fortalecendo o poder de barganha dos trabalhadores. Para atrair e reter profissionais, os empregadores tendem a oferecer condições mais atrativas como jornadas mais flexíveis, redução do tempo de des-

locamento e, sobretudo, salários mais elevados. O aumento dos salários, por sua vez, pode se transformar em fonte de pressão inflacionária. Na ausência de ganhos equivalentes de produtividade, o encarecimento do custo do trabalho tende a ser repassado aos preços finais, dificultando o processo de desinflação.

Um indicador antecedente desse tipo de pressão é o crescimento dos pedidos de demissão voluntária. Em ambientes com maior oferta de oportunidades, os trabalhadores se sentem mais confiantes para trocar de emprego em busca de melhores condições. Em períodos de crise, ocorre o inverso: aumentam as demissões sem justa causa, motivadas por ajustes de custos e fechamento de empresas, enquanto os desligamentos voluntários recuam, refletindo o receio de dificuldades na recolocação.

A figura 2 evidencia essa mudança na composição dos desligamentos ao longo do tempo. Em outubro de 2020, os pedidos de demissão voluntária respondiam por 32,7% do total; em outubro de 2025, essa participação alcançou 35,9%. No sentido oposto, as demissões sem justa causa recuaram de 48,6%, para 44,2%. Os demais tipos de desligamento — como término de contrato, justa causa ou acordos — permaneceram relativamente estáveis e menos relevantes para a dinâmica analisada.

Durante o auge da crise provocada pela pandemia, em 2020, o padrão foi inverso. Em abril daquele ano, as demissões sem justa causa chegaram a representar 71,5% do total, enquanto os desligamentos voluntários recuaram para apenas 10,3%, refletindo o elevado grau de incerteza e o temor do desemprego.



Fonte: Caged (MTE). Elaboração própria.

*Outros motivos incluem: justa causa, aposentadoria, culpa recíproca, desligamento por morte, acordo entre empregado e empregador ou ignorado/não identificado.

Em síntese, os dados recentes sugerem um fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, compatível com um mercado de trabalho aquecido. A maior escassez relativa de mão de obra amplia a capacidade de negociação dos empregados e tende a gerar pressões salariais adicionais. Caso

esse movimento não seja acompanhado por ganhos de produtividade, o risco de impacto inflacionário aumenta, o que pode influenciar as decisões futuras do Banco Central quanto à trajetória da taxa de juros. ■

Bruno Ottoni escreve a cada bimestre.